

---

# A materialidade da informação em Bernd Frohmann

*La materialidad de la información en Bernd Frohmann*

*Information materiality in Bernd Frohmann*

---

**Ana Karolina ALVES AMORIM (1), Rodrigo RABELLO (2)**

(1) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Asa Norte, 70297-400, Brasília – DF, Brasil, anakarolinabsb2@gmail.com, rdgrabello@unb.br

## Resumen

Las investigaciones de Bernd Frohmann han sido relevantes para el área de las ciencias de la información y afines, al abordar temas como enunciado/discurso, institucionalidad, dispositivo, red, agencia, prácticas documentales, actores, asociaciones, políticas y regímenes de información y materialidad. Estos temas se fraguan en términos de materialidad con la estabilización de enunciados en documentos, o en “cuasi-objetos”, que circulan y generan efectos sociales. Se analiza el concepto de materialidad em Frohmann, en el que se sopesan implicaciones institucionales, epistemológicas y políticas. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica, con publicaciones de Frohmann desde 1992 hasta 2008, así como análisis de textos que utilizan su marco teórico. El análisis se basó en el enfoque de la ontología documental, a través de los cuales la documentación se guía por la articulación de propiedades, motivaciones y efectos de la agencia del documento. En tales supuestos, la materialidad se presenta como un recurso heurístico. Las publicaciones ofrecieron un panorama alternativo de los estudios en documentación, que contrasta con los enfoques positivistas, funcionalistas y/o mentalistas. Al abordar la materialidad de la información, Frohmann se interesa más por el proceso que sigue, en particular, como el documento, como objeto sociotécnico y medio de estabilización de la materialidad, actúa generando efectos en contextos específicos, con implicaciones epistemológicas, políticas y éticas.

**Palabras clave:** Materialidad. Institucionalidad. Bernd Frohmann. Epistemología. Ciencia de la Información.

## 1. Introdução

Bernd Frohmann é um pesquisador alemão que dedicou grande parte de seus estudos em pesquisas sobre teoria da mídia, arqueologia da mídia e informação e ética midiática. Ele trabalhou na *University of Western Ontario Faculty Association* até 2012, ano de sua aposentadoria (Londonriverbank, c2023).

Suas investigações se situam no âmbito da “nova” documentação ou “neodocumentação”. Essa perspectiva emergiu na década de 1990 na ciência da informação e tem como expoentes,

## Abstract

Bernd Frohmann's investigations have been relevant to the field of information science and related disciplines, addressing topics such as enunciation/discourse, institutionality, dispositives, networks, agency, documentary practices, actors, associations, policies, information regimes, and materiality. These themes are shaped, in terms of materiality, through the stabilization of statements in documents or “quasi-objects” that circulate and generate social effects. Therefore, the objective is to analyze the concept of materiality in Frohmann, considering institutional, epistemological, and political implications. Literature review was conducted, including Frohmann's publications from 1992 to 2008, as well as analysis of texts that utilize that theoretical framework. The analysis is based on the assumptions of documentary ontology, whereby documentation is guided by the interplay of document properties, motivations, and agency effects. Within these assumptions, materiality serves as a heuristic resource. The publications offer a distinct overview of documentation studies, differentiating from positivist, functionalist, and/or mentalist approaches. When addressing the materiality of information, Frohmann is primarily interested in the processes it undergoes, such as how the document, as a sociotechnical object and means of materiality stabilization, generates effects in specific contexts with social, epistemological, political, and ethical implications.

**Keywords:** Materiality. Institutionality. Bernd Frohmann. Epistemology. Information Science.

além do próprio Frohmann, autores como Boyd Rayward, Michael Buckland, Niels Windfeld Lund, Ronald Day, dentre outros.

Nessa época, surgiu um “corpo” de trabalhos com ênfase nas relações estabelecidas entre as práticas documentárias e os fenômenos sociais, culturais, políticos, éticos, científicos, públicos, entre outros (Frohmann, 2007).

Isso representou um redirecionamento nos estudos até então realizados na área, de influência positivista e funcionalista, que privilegiavam e privilegiam a informação passível de ser quantifi-

cada, manipulada, processada, controlada e armazenada em sistemas (de recuperação) de informação. O documento, nessa abordagem tradicional, é concebido, sobretudo, pela sua fisicalidade, por ser um suporte de informação registrada, algo que permitiria o processamento e o controle do seu conteúdo descritivo ou temático para fins de organização, disseminação, acesso, busca, recuperação e uso (Murguia, 2009; Rabello, 2018).

Diferenciando-se dessa tradição, a “nova” documentação, como o próprio nome sugere, foi uma aproximação da ciência da informação à documentação. Houve, sobretudo, um resgate das obras do belga Paul Otlet – considerado pioneiro da documentação –, e da francesa Suzanne Briet – uma das expoentes da documentação na França e Europa, discípula de Otlet. (1) Assim, os autores neodocumentalistas puderam também expandir a noção de documento e informação, considerando os fenômenos que os perpassam.

Nesse contexto, os estudos de Frohmann têm importância à área de informação, dentre outros aspectos, pelo empenho do autor em abordar, discutir e refletir a respeito da materialidade, da documentação e do documento, levando para outros caminhos as investigações sobre política de informação.

O conceito de materialidade, desenvolvido por Frohmann, encontra solo fértil na análise do discurso de Michel Foucault. Nessa perspectiva, busca-se refletir sobre os aspectos sociais do discurso que dão origem a enunciados. Tais enunciados possuem materialidade, algo que lhes confere “massa, inércia ou resistência”. Mesmo quando documentados, os enunciados transcendem o aspecto físico dos objetos (Frohmann, 1992).

Os regimes de materialidade – orientados, segundo Foucault, pela ordem das instituições – pressupõem poderes que podem gerar regras e convenções, algo que Frohmann identifica ou nomeia como *regimes e políticas de informação* (Frohmann, 1995), os quais estão presentes e orientam os cursos da vida em sociedade.

Os regimes de informação podem se constituir de atores humanos (pessoas) ou não-humanos (documentos, objetos, artefatos, sistemas, tecnologias, sejam analógicas ou digitais, seres orgânicos e inorgânicos), e atuam na manutenção das redes e das estruturas de poder. O autor estabelece um diálogo com estudos do tipo ator-rede, que têm em Michel Callon e Bruno Latour alguns de seus principais expoentes.

As *práticas documentárias* ou *documentação* – práticas estabelecidas com e a partir dos

documentos – são mediadas pelos regimes de informação vigentes que orientam a materialidade pelo seu grau de imersão institucional. Isso traz implicações de natureza social, política, cultural, pública, ética, econômica, dentre outras.

Os estudos neodocumentalistas de Frohmann consideram o documento não somente como suporte da informação registrada. Em sua abordagem, o documento se estabelece *no* e *com* o contexto no qual está inserido. Ao ser estudado em cenários particulares, o interesse no documento está relacionado a partir de dimensões simbólicas, epistêmicas e de poder, mediante as quais se pressupõem institucionalidades e intencionalidades.

Em direção a uma possível *filosofia da documentação* ou de uma *ontologia do documento*, o autor contribui para o campo da ciência da informação e para áreas afins ao abranger horizontes interpretativos, epistemológicos e relações (as)simétricas, quando se considera as possibilidades advindas do conceito de materialidade e das práticas documentárias.

À luz de tal perspectiva, objetiva-se analisar o conceito de materialidade presente nos estudos de Frohmann, de modo a identificar aspectos originários e orientadores, bem como abordar o poder de a materialidade provocar efeitos, em que se pesem implicações institucionais, epistemológicas e políticas. Espera-se contribuir com a área de informação, no sentido de apresentar um prisma de análise que transcende uma concepção muito difundida de documento, restrita à ideia de ser um suporte que contém informação registrada.

Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura, considerando, como fio condutor, oito textos publicados por Frohmann entre 1992 e 2008, que tratam de temas desde a análise do discurso, até as (in)definições do que vem a ser o documento. Com esse recorte, buscou-se estabelecer diálogo com autores que se fundamentam na teoria frohmanniana, de modo a demonstrar como os conceitos – sobretudo o de materialidade – têm sido abordados por autores da área de ciência da informação.

A análise incorporou os pressupostos da ontologia documentária (Frohmann, 2008b), nos quais as práticas documentárias são orientadas pela interação das propriedades, motivações e efeitos das ações (ou agências) dos documentos. Nesses pressupostos, a materialidade desempenha um papel como recurso heurístico.

O artigo se organiza – para além da introdução (seção 1) e das conclusões (seção 6) – em seções que tratam sobre: análise do discurso,

enunciados e materialidade (seção 2); regimes de materialidade, enunciados, dispositivos e atores (seção 3); documento, práticas e agências documentárias (seção 4); e, por fim, materialidade, implicações epistemológicas e políticas (seção 5).

## 2. Análise do discurso, enunciados e materialidade

A análise do discurso é uma ferramenta profícua de investigação na área de biblioteconomia e ciência da informação (LIS, sigla para o inglês *library and informational science*). Isso porque há diversas narrativas que tentam definir o conceito de “informação”, o que, por si só, justifica a existência de um fenômeno discursivo na LIS (Frohmann, 1992).

Essa ferramenta revela que a teoria está acompanhada de aspectos sociais. Tais recursos levam ao entendimento de formas discursivas de operação do poder, ou modos de se abordar certas temáticas (Frohmann, 1992). O poder está presente em relações de grupos e indivíduos, onde se estabelecem redes mediante as quais se “[...] configuram os recursos discursivos disponíveis para a articulação dos problemas do campo.” (Frohmann, 1994, p. 121). Nas redes, ele, o poder, pode desabilitar outros (Foucault, 1980, p. 139-140):

O poder é o que diz não. E a contestação do poder assim concebido só pode aparecer como transgressão. [...] É o que permite a operação fundamental do poder de ser pensado como um ato do discurso: enunciação da lei, discurso da proibição. A manifestação do poder leva na sua forma pura o “Você não deve”.

Na análise do discurso, o objeto é o próprio discurso (Frohmann, 1994). Em leitura de *Madness and civilization* e *Birth of the clinic*, de Foucault, Dreyfus e Rabinow destacam uma variedade da denominação do discurso como “atos sérios da fala”, ou seja, um tipo de “fala” de sujeitos privilegiados, como é o caso dos especialistas (Dreyfus & Rabinow, 2013).

A “proposição cosmopolítica” de Isabelle Stengers auxilia a situar esse tipo de “fala séria”. Nela, os especialistas estão autorizados a serem os “porta-vozes” dos fatos e das coisas orgânicas e inorgânicas, em intervenções conclusivas do tipo “e portanto...”, algo que tende a não se preocupar com as possíveis consequências. A autora convida a desacelerar em um exercício de alteridade no qual o implicador se coloca, “em presença”, no local do implicado (Stengers, 2018). A autoridade dos autorizados a “falar” por outrem dialoga nalguma medida com a perspectiva foucaultiana.

O poder opera nas práticas discursivas, criando formas objetificadas de conhecimento que são elementos ou “propriedades da organização institucional” (Smith, 1998 *apud* Frohmann, 1994). Desse modo, as questões oriundas das práticas e das articulações no campo são epistemológicas e políticas (Frohmann, 1994). Essa composição pode ser observada, por exemplo, nas formulações discursivas de Paul Otlet.

Nessa composição, a noção de sistema documentário se preocupa e leva em consideração propriedades materiais e sociais da informação. A preocupação otletiana “[...] convida a uma análise foucaultiana das propriedades materiais e institucionais da informação como discurso.” (Frohmann, 2000, p. 13). Em tal análise, são considerados os seguintes elementos (Frohmann, 2000, p. 12):

[...] existência de enunciados, ao invés de sua interpretação; o papel das práticas sociais institucionalizadas com documentos; e as maneiras pelas quais os enunciados ganham a estabilidade necessária para a “informação” emergir como um efeito das práticas sociais.

A construção otletiana constitui o discurso da documentação. A análise do discurso permite, ademais, compreender a materialidade da informação como discurso, ou seja, na forma de enunciados. Nessa direção, faz-se possível pensar em uma agenda de investigação sobre (Frohmann, 2000, p. 16):

(1) a mudança da ênfase teórica da interpretação para a existência de enunciados, conjuntos de enunciados, textos e documentos; (2) o estudo de práticas evidentes, públicas, disciplinadas e, em particular, institucionalizadas como enunciados, conjuntos de enunciados, textos e documentos; e (3) o estudo de quão específico enunciados e conjuntos de enunciados alcançam estabilidade suficiente para constituir conhecimento autorizado e legitimado de pessoas, objetos, processos e eventos.

Os enunciados são formados mediante regras aceitas como cientificamente ou socialmente corretas. Eles se tornam proposições que têm o poder de legitimar ou validar determinados discursos. O regime ou a política dos enunciados governa seu aparecimento, sua existência, bem como os modos com que eles governam uns aos outros, produzindo “verdades”. Com efeito, a “verdade” “[...] deve ser entendida como um sistema de procedimentos para a produção, regulamentação, distribuição, circulação e operação de enunciados.” (Foucault, 1980, p. 133).

Um dos princípios que rege o enunciado é a “materialidade”, mediante a qual ele consegue se manifestar em distintas formas ou em, conforme expressão de Foucault, “superfícies enunciativas” (Gaspar & Reis, 2010). Ela – a materialidade

– permite (re)inscrição dos enunciados regulados por práticas sociais institucionalizadas (Frohmann, 2000).

Nesse contexto, a informação se configura como algo passível de ser observado desde sua origem discursiva. Na qualidade de enunciado, a informação circula, desencadeando práticas que culminam em efeitos, incluindo sua (re)inscrição em contextos institucionais (Rabello, 2022).

A análise do discurso impõe desafios: compreender a materialidade da informação como efeito de práticas. Tais práticas são legitimadas institucionalmente através do ganho de maior ou menor estabilidade dos enunciados. A documentação, como prática documentária de (re)inscrição, atua como agente estabilizador. As formas documentais agem, portanto, como plataformas de estabilidade dos enunciados. Cabe compreender as interseções, as relações com cenários, os efeitos e as implicações dos enunciados (Frohmann, 2000).

### 3. Regimes de materialidade, enunciados, dispositivos e atores

Em palestra proferida em 2006, no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, na cidade de Marília (SP, Brasil), Frohmann frisou que o “[...] ‘documento’ nomeia a materialidade da informação”. O processo de documentação – ou as práticas documentárias –, em seu entendimento, é o meio pelo qual a informação estabiliza a sua materialidade (Frohmann, 2008a).

Com base na abordagem de Foucault em relação aos enunciados e sua materialidade, Frohmann propõe uma distinção entre fisicalidade e materialidade. Enquanto a fisicalidade diz respeito às propriedades físicas dos objetos, a materialidade do enunciado abrange ao menos dois aspectos. Para explicá-la, Frohmann (2008a) empresta conceitos da física para formular figuras de linguagem:

1. Em relação a sua estabilização com a documentação, o enunciado possui “massa, inércia ou resistência”.
2. Em relação a sua capacidade de gerar efeitos, o enunciado pode ser fonte de “energia, força e poder”.

Isso implica que – do ponto de vista da materialidade – os enunciados possuem diferentes graus de estabilidade, algo que resulta em sua capacidade de se adaptar e resistir, além de poder afetar e gerar efeitos no mundo social (Frohmann, 2008a).

As características do enunciado de estabilização e de geração de efeitos ocorrem porque, desde sua origem, ele ocupa um espaço e uma posição no campo enunciativo, estando inserido em um conjunto de outros enunciados e desempenhando um papel no jogo enunciativo (Foucault, 2008).

O enunciado não existe se não houver materialidade. Ele “[...] precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data.” (Foucault, 2008, p. 114). A materialidade do enunciado, para que se pronuncie, necessita que ele circule na sociedade, em modos estabilizados ou menos estabilizados.

Tal materialidade, nesse sentido, pode se manifestar antes do registro. Portanto, não é o fragmento de matéria – ou seja, a (re)inscrição no objeto físico – que identifica o enunciado. Ele se situa em um complexo regime de materialidade, mediante o qual instituições permitem sua (des)estabilização (Foucault, 2008, p. 116):

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis.

A ordem das instituições define os regimes de materialidade, mediante os quais os enunciados se estabilizam, com a documentação, ou se desestabilizam, perdendo a força dos seus efeitos (Foucault, 2008, p. 118):

A constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas, tudo isso é função do campo de utilização no qual ele se encontra inserido.

Como fonte de estabilização dos enunciados, “[...] os documentos que circulam através e entre as instituições têm uma materialidade pronunciada” (Frohmann, 2008a, p. 24). Os documentos podem se apresentar em uma multiplicidade de formas e de propriedades culturais e institucionais (Frohmann, 2007). Ainda assim, se o enunciado for retirado do circuito institucional e perder força e resistência, a manutenção da sua materialidade pode ocorrer por outros modos de institucionalidade (Frohmann, 2008a; Rabello, 2022) (2).

Nesse contexto, as relações entre poder e informação ganham destaque. Essas são mediadas e direcionadas por certos grupos, estabelecendo-se assimetricamente. Elas se encontram em formas específicas de domínio, podendo envolver raça, classe, gênero, dentre outras, mediante as quais exercem poder sobre a informação, afetando, por exemplo, o seu acesso (Frohmann, 1995).

Instrumentos, mecanismos e aparatos utilizados para excluir, vigiar e manter o poder constituem a *microfísica do poder* (Foucault, 1979). De modo a analisar as relações oriundas da conformação de tais forças, Foucault cunhou o conceito de “dispositivo” (Wilke & Jardim, 2006 *apud* Fernando & Freitas, 2017).

O dispositivo demarca um conjunto heterogêneo que abrange discursos, organizações, instituições, leis, enunciados científicos, regras morais etc. – aquilo que constitui o que é dito e o que não é dito: “O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1979, p. 244).

O conceito de dispositivo também demarca a natureza das relações dos elementos heterogêneos, sejam eles discursivos ou não discursivos. Elas podem mudar constantemente. O dispositivo pode ser entendido como um tipo de formação que respondeu a uma dada urgência em um dado período histórico, possuindo função estratégica dominante (Foucault, 1979).

Em *As Palavras e as coisas*, Foucault discorreu sobre a história da épistémè, que depois, em *Microfísica do poder*, ficou compreendida como uma parte do dispositivo: “[...] a épistémè é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos.” (Foucault, 1979).

Em suma, o dispositivo pode ser entendido como a rede de relações na qual se insere o jogo de poder/saber. O dispositivo está situado histórica e espacialmente, implicando um modo de exercício do poder e de configurações do saber que geram determinados efeitos de verdade (Fanlo, 2011).

A concepção de materialidade do enunciado e a acepção de dispositivo auxiliaram Frohmann a situar o estudo da informação no contexto das redes e das instituições, numa abordagem que se diferenciou daquelas fisicalistas e mentalistas (Rabello, 2022).

Frohmann também se aproximou de abordagens do tipo ator-rede, criadas por Michel Callon e Bruno Latour. Na Teoria Ator-Rede (TAR), os elementos em rede, tal como em dispositivos, se relacionam. Ainda assim, naquela abordagem as associações simétricas entre atores são destacadas. A assimetria, onde se situa as relações de poder, são consideradas como um efeito daquelas associações.

A ideia de ação, de seus efeitos, e de provocação de ações de atores auxilia a compreender os *regimes* e as *políticas de informação*. As relações estabelecidas constituem canais, infraestruturas, superestruturas, produtores, consumidores, dentre

outros elementos –, constituindo redes por onde circulam as informações, ou seja, regimes de informação (Frohmann, 1995).

A abordagem do tipo ator-rede foi estratégica para o pensamento de Frohmann. Ela permite apreciar a complexidade de redes de artefatos compostas por “híbridos” ou “quase-objetos”. Este termo – “quase-objetos” –, foi empregado primeiro por Michel Serres e depois por Latour. A expressão é utilizada para designar que os objetos não ocupam uma posição passiva, tampouco ocupam a posição de sujeito (Latour, 2019).

Os híbridos são entidades coletivas mutáveis, são não-humanos que “[...] possuem propriedades miraculosas, uma vez que são ao mesmo tempo sociais e não-sociais, produtores de naturezas e construtores de sujeitos.” (Latour, 2019, p. 110).

A ação perpassa “atores humanos” (pessoas) e “atores não-humanos” (coisas, objetos, organismos vivos e inorgânicos, dentre outros). A habilidade de agir ou “actuar” não reside somente no “actante”. Ela emerge da relação na qual este se insere. Assim, o actante pode ser tanto um ator humano quanto um não-humano. Por vezes, os não-humanos são mobilizados com vistas a moldar os humanos em arranjos políticos específicos (Latour, 2017) (3).

A abordagem do tipo ator-rede permite correlacionar ciência, tecnologia e sociedade. Como a ciência, nessa perspectiva, opera em rede, não haveria privilégios a um “nó” da rede sobre os demais. Por isso, existe a remoção de um possível centro único, detentor de verdades absolutas. Há, com efeito, a constituição de uma “ciência em ação” (Araújo & Cardoso, 2007).

A mencionada abordagem reconhece a importância da associação de elementos naturais, sociais e discursivos (Latour, 2012). Ela contribui para o estudo de políticas ou regimes de informação. Os atores são responsáveis por intervenções de poder e controle da informação (Frohmann, 1995) – sobretudo em espaços institucionais nos quais a materialidade da informação é pronunciada.

A política de informação, nesses termos, leva em conta redes e instituições – em suma, regimes de informação e de materialidade – numa abordagem que considera documentos como detentores de poder e geradores de efeitos. Assim, Frohmann depreende que “[...] a materialidade do discurso – com alcance na materialidade dos artefatos e dos documentos – produz-se a partir das associações de atores.” (Rabello, 2022, p. 10).

Frohmann e outros autores foram referenciais para as elaborações de regime de informação de

González de Gómez. Em um de seus primeiros construtos, a autora considera regime de informação como um *modo informacional* mediante o qual as formações sociais estão subordinadas. Nele são estabelecidos sujeitos, organizações, autoridades, meios, padrões, modelos de organização entre outros que regem as relações sociais e o curso de funcionamento da sociedade e das estruturas de manutenção do poder (González de Gómez, 2003).

#### 4. Documento, práticas e agências documentárias

A noção de ontologia documentária se vale da abordagem de Callon sobre “dispositivos de escrita e reescrita”. Isso se deve ao fato de que os dispositivos de escrita – ou de documentação – realizam uma descrição que conecta a ontologia com a relação de autoridade sobre as práticas de escrita e com o poder que delas emana (Frohmann, 2008b).

Os dispositivos de escrita envolvem uma ontologia documentária que possui materialidade, institucionalidade, poder, entre outros elementos. “Os estudos de documentação operam em dois eixos: o documento – a coisa – e a documentação – o processo.” (Frohmann, 2008b, p. 11).

Michael Buckland, ao se indagar sobre “O que é ‘documento’?”, observa a complexidade para defini-lo. A riqueza do conceito advém do fato de que as (in)definições ampliam as possibilidades investigativas no campo da documentação. Ao não existir consenso teórico, os estudos trabalham como fio condutor a materialidade e as questões auxiliares para compreender tal objeto (Frohmann, 2009).

O documento – a partir das contribuições de Frohmann sobre o contexto da materialidade da informação, seguindo a ordem das redes das instituições –, pode ser conceituado como (Rabello, 2019, p. 20):

[...] produto da informação materializada e institucionalizada, é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa institucionalizada num determinado contexto. A materialidade do documento é ulterior à fisicalidade da informação num suporte. Todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber.

Há de se observar, todavia, que a ontologia documentária – na relação gerativa entre informação e documento – caminha interessada no processo agenciado e nos seus efeitos em determinadas institucionalidades – numa palavra, na materialidade – mais do que em conceituar ou definir o “ser documento” com propósito

epistemológico-normativo. Nesse contexto, reflexões ou premissas sobre se o documento é constituído de informação registrada ou se a informação registrada constitui o documento não fazem sentido para essa proposição.

Especificamente no âmbito das inscrições e dos registros, a materialidade da informação depende da fisicalidade dos “quase-objetos”, que “estabilizam” a uniformidade semântica da informação. O estudo da estabilização ou da desestabilização da materialidade encontra nas práticas documentárias – ou documentação – um caminho fértil. “A documentação está associada a práticas e a uma vida documentária interligada por redes que constituiriam os modos de institucionalidades.” (Rabello, 2022, p. 5).

No ensaio intitulado *Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information*, Frohmann aborda os conceitos da filosofia da documentação e da filosofia da informação. Inspirado pelas ideias provocativas de Ludwig Wittgenstein, que questiona “O que é o significado?”, Frohmann (2004) lança a seguinte indagação: “O que é a informação?”

Na lógica wittgensteiniana, a teoria do significado abre portas para os “jogos de linguagem”. A linguagem está situada na prática, algo que viabiliza a mudança de enfoque das teorias de informação para o estudo das práticas documentárias.

Tais práticas possuem propriedades que são entendidas como atributos, aspectos, características ou qualidades de algo. Formam uma categoria de entidades predicáveis – ou seja, passíveis de serem atribuídas de propriedades – ou exemplificáveis por algo. Segundo a lógica, as propriedades podem ser, entre outros aspectos: a) qualitativas: não fazem referência a uma entidade em particular; b) não qualitativas: fazem referência a uma entidade em particular; c) relacionais: fazem menção a uma relação entre entidades; d) não relacionais: não fazem menção a uma relação entre entidades; e) essenciais: essenciais à existência da entidade; f) acidentais: oriundas da entidade, mas que não afetam a sua existência (Branquinho, Murcho & Gomes, 2005).

Os autores supracitados ressaltam que, muitas vezes, o termo “atributo” é utilizado genericamente para cobrir propriedades ou ainda relações (propriedades relacionais). No entanto, o atributo não necessariamente se relaciona ao aspecto ontológico da propriedade, e pode ser compreendido como uma qualidade de algo, ou mesmo da propriedade (Branquinho, Murcho & Gomes, 2005).

A primeira propriedade das práticas elencadas por Frohmann é a “materialidade”, “[...] uma vez

que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles.” (Frohmann, 2004, p. 396-397).

Exemplificando, conforme Branquinho, Murcho e Gomes (2005), poder-se-ia dizer que a materialidade da informação, sem fazer referência a um objeto em particular, é uma propriedade qualitativa. Ela também é relacional, pois a informação é um fenômeno em rede que envolve diversas associações.

Ao referenciar um objeto em particular – a fisicalidade de um livro específico, por exemplo – torna-se uma propriedade não qualitativa e não relacional, pois se visa analisar o objeto em si e não a sua dimensão relacional.

Portanto, para Frohmann, a materialidade é uma propriedade fundamental da informação. Ela configura práticas realizadas com os documentos. Como propriedade acidental, a materialidade da informação possui atributos simbólicos que levam a implicações epistemológicas e políticas.

Outra propriedade fundamental, conforme observado, consiste na “institucionalidade” da informação. O seu entendimento parte da premissa segundo a qual as práticas estão situadas nas redes e nas instituições, que conferem autoridade aos documentos.

Além da “materialidade” e da “institucionalidade”, Frohmann destaca mais duas propriedades: 1) “disciplina social”, onde se situam as normas, o ensino, o treinamento, ou seja, a disciplina que rege as práticas documentárias; 2) “historicidade”, segundo as condições históricas nas quais essas práticas se originaram. Essas propriedades fornecem os fundamentos para uma filosofia da informação que se baseia nas práticas documentárias. Nesse contexto, o conceito de materialidade desempenha um papel significativo (Frohmann, 2004).

Portanto, a concepção de práticas documentárias empregada por Frohmann evidencia uma lógica relacional cujas propriedades – materialidade, institucionalidade, disciplina social e historicidade –, revelam sua estreita relação entre documentos e seu contexto, bem como com os efeitos informacionais. As práticas também foram abordadas por Frohmann a partir da ação do documento, em termos de “agência documentária” (Ferrando & Freitas, 2017).

A “agência documentária autônoma” é abordada como o poder do documento que influencia ou direciona a ação e a atuação humana. Esse tipo de agência pode ser pensado a partir de motivações e efeitos (Frohmann, 2007).

A agência documentária pode ser motivada pela: 1) atribuição do caráter de agência dos documentos; 2) performance de instrumentos legais, que viabilizam a existência de individualidades; e 3) atribuição do caráter de agência a elementos não-humanos (Frohmann, 2007).

Os efeitos da agência documentária consistem no: 1) impacto que os documentos possuem na vida social; 2) poder que as práticas institucionais conferem aos documentos; e 3) delineamento do campo de documentação a partir de novas áreas de estudo (Frohmann, 2007).

A ideia de agência se insere no contexto da noção de “agenciamento” (*assemblage*). Ao menos duas perspectivas de agenciamento são relevantes para as noções de práticas e de agências documentárias para Frohmann. A perspectiva de agenciamento de Deleuze e Guattari se estende, com características próprias, à noção de agenciamento de Latour.

Um agenciamento é a expansão das conexões entre os corpos, cuja multiplicidade muda de natureza no *rizoma*. O rizoma, por sua vez, é entendido como uma estrutura, árvore ou raiz na qual os agenciamentos existem. Assim, “[...] um agenciamento, na sua multiplicidade, necessariamente atua num fluxo semiótico, num fluxo material e num fluxo social simultaneamente.” (Deleuze & Guattari, 1987, p. 22-23) (4).

A noção de agenciamento para Deleuze e Guattari considera arranjos entre elementos de uma rede/rizoma, suas intensidades, poderes e capacidades. O sentido de agenciamento para Latour ganha matizes próprios na abordagem do tipo ator-rede. A constituição de redes, onde se situam as associações de atores, auxilia a refletir sobre o lugar dos documentos e da documentação. Os agenciamentos permitem pensar, ademais, sobre questões éticas e políticas da documentação (Frohmann, 2008b).

O estudo da materialidade dos enunciados – informações – que circulam e se adensam na sociedade, em meios e institucionalidades particulares – em documentos –, é relevante para compreender a permanência e o poder dos enunciados de provocar efeitos (Rabello, 2022, p. 5-6):

Com o enunciado (materialidade da informação), as práticas documentárias (processo, documentação), o objeto ou artefato (sociotécnico), o documento (com informação materializada e institucionalizada, inscrita fisicamente num objeto) e os regimes de materialidade (redes institucionalizadas e contextos transversais de agência e mediação), observam-se, em Frohmann [...], múltiplos aspectos da materialidade relativos a modos de agência institucionais em inscrições/formas da escrita.

O documento, as práticas e as agências documentárias desempenham um papel estratégico na problematização e investigação das questões políticas e éticas da documentação. Por meio da ontologia documentária, é possível questionar a naturalização atribuída à "magia" do documento. As noções de materialidade e de institucionalidade da informação têm auxiliado o estudo do complexo enredamento e dos vínculos estabelecidos junto aos "objetos híbridos" ou "quase-objetos", focando nos processos e nos seus efeitos.

## 5. Materialidade, implicações epistemológicas e políticas

Ao abordar a documentação como práticas documentárias em redes com determinadas propriedades – materialidade, institucionalidade, disciplina social e historicidade –, a obra de Frohmann tem um interesse especial pelos aspectos públicos, materiais e sociais da informação. O autor situa o documento na contemporaneidade, estando mais interessado no processo informacional por ele afetado, ou quando esse "quase-objeto" atua gerando efeitos em contextos específicos.

A ontologia documentária expande os horizontes para desnaturalização da "magia" do documento. As ações "mágicas" estão presentes em contextos profissionais e do cotidiano, revelando "redes que a razão desconhece" (Latour & Hermant, 2004). Quem nunca ficou ansioso a espera de uma assinatura em um documento? Ou aguardou a emissão de um diploma ou certificado sob o risco de não assumir algum posto ou obter alguma recompensa? Ou precisou guardar ou acionar documentos para fins probatórios? Ou ficou impressionado com a autoridade conferida institucionalmente a uma comissão, a um colegiado, etc., mediante um ato administrativo? Os agenciamentos de atores implicam e são implicados pelo poder de afetar do documento.

As acepções de dispositivo de Foucault e de rede latouriana – expressos em regimes de materialidade e de informação – envolvem a noção de agência dos documentos. Elas caracterizam uma reflexão acerca de questões éticas, ontológicas e de política documental, tendo como ponto de partida a documentação (Rabello, 2022, p. 13):

O cerne do pensamento frohmanniano reside na politicidade da materialidade do enunciado/informação, algo que ganha força e resistência na dimensão relacional dos dispositivos, nas associações entre atores e na fisicalidade/perenidade do documento em redes estáveis ou menos estáveis, e seguindo a ordem das instituições.

Em um estudo com o enfoque na influência dos conceitos frohmannianos – de informação, de documento e de regime de informação – na

literatura brasileira de ciência da informação, foi possível observar: 1) o conceito de informação tem refletido questões sobre materialidade, linguagem e institucionalidade; 2) o conceito de documento tem sido abordado em discussões que consideram o aspecto material e o contexto institucional; e 3) o conceito de regime de informação tem fundamentado reflexões epistemológicas, tecnológicas, sobre poder e acerca de políticas de informação, tendo no horizonte esferas institucionais (Zammataro & Albuquerque, 2021).

Em outro estudo – que também analisa a influência frohmanniana em pesquisas de autores brasileiros – foi possível analisar a materialidade a partir de uma perspectiva holística. Nessa direção, a materialidade foi abordada considerando aspectos valorativos para além da fisicalidade do suporte. Observou-se, ademais, a sua relação com institucionalidades e intencionalidades no processo de materialização da informação/enunciado. Apreciou-se, por fim, a forma documental por vezes "encobrendo" elementos simbólicos (Amorim, 2021). (5)

No âmbito internacional, as ideias de Frohmann têm tido considerável alcance e influência na literatura científica, dentre outros assuntos, sobre a materialidade da informação e do documento, conforme demonstrou um mapeamento sobre os estudos acerca da materialidade do livro (Amorim & Rabello, 2022) (6).

As contribuições de Frohmann enriquecem as interpretações na área de informação sobre documentos, práticas documentárias, dimensões simbólicas dos objetos em atravessamentos em políticas e regimes de informação. O conceito de materialidade constitui, por sua vez, uma das extensões do rizoma frohmanniano mediante a qual as demais questões se ramificam em arranjos e entrelaçamentos teóricos, inclusive em outros contextos.

Do ponto de vista sociológico, por exemplo, futuras investigações podem pensar a materialidade das práticas sociais a partir de outras correntes de pensamento. Em termos durkheimianos, poder-se-ia considerar a materialidade como derivada do "fato social" (Durkheim, 1972, p. 6):

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter.

Essa premissa dialoga com a noção de regimes de materialidade, que, conforme mencionado, estabelecem um modo informacional que exerce uma maneira de agir na sociedade, sendo esta orientada pela ordem das instituições. O

argumento faz referência a uma existência própria, pois situa o “fato social” no coletivo, além das manifestações individuais.

Todavia, outra corrente sociológica se distingue para pensar a materialidade da informação. Ela é desenvolvida por Jean-Gabriel de Tarde. Em análise do livro *Antes tarde do que nunca*, de Eduardo Viana Vargas, Ribeiro (2001) destaca que o sentido de social de Tarde agrega princípios de movimento, afinidade, vida e cooperação humana que confrontam a perspectiva objetivista de ciência como “mero” fato social de Durkheim.

Isso porque, para Tarde, entender o fundamento da coordenação social como fato genérico – que se desdobra em fatos particulares – sugere que o homem age guiado pela lei da evolução. No entanto, o estudo das correntes de crenças e de desejos no âmbito social, localizado por cartografias de fluxos, revelam uma microsociologia diferente do estudo macrossociológico das representações coletivas durkheimianas. Nessa direção, as conexões sociais são entendidas mediante a história e a sociologia da ciência, algo que torna sua teoria atual e precursora da TAR (Ribeiro, 2001; Latour, 2012).

Segundo a orientação de estudos do tipo ator-rede, em Tarde pressupõe uma mediação performativa, na qual os mediadores “[...] transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (Latour, 2012, p. 65), algo que denota o complexo nível de associação dos atores e seus efeitos.

Já Durkheim parece valorizar, nos fatos sociais, um *a priori* ostensivo, onde a intermediação ocorre em grupos sociais previamente conformados, “[...] aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai.” (Latour, 2012, p. 65).

Estudos do tipo ator-rede têm buscado em Tarde um referencial. A abordagem busca – por meio da mediação performativa – não definir de antemão o lugar dos atores, bem como prescinde de categorizar a composição de grupos e do mundo social. Nessa direção, pensar a materialidade da informação sob a perspectiva de Tarde e da TAR se torna uma alternativa. A perspectiva se apresenta, ainda, como um prolífico referencial para estudos que podem explorar, por exemplo, a ideia de materialidade, cotejando as perspectivas de Tarde e de Durkheim, permitindo, assim, reflexões em termos de regimes de informação e de materialidade.

Como se pôde observar, o prisma de análise de Frohmann – ao realizar diálogo com distintas perspectivas –, expande as possibilidades teóricas no campo. Ela permite, dentre outras

contribuições, a realização de uma análise particular do objeto de estudo da ciência da informação – a informação – a partir da noção de processo. Nela, as ações implicam e são implicadas por dimensões materiais, epistemológicas, políticas e éticas. A informação, mediante essa chave teórica, não se constitui apenas como uma “coisa” registrada em determinado contexto institucional.

## 6. Conclusões

Nas publicações de Frohmann analisadas foi possível obter um panorama particular dos estudos em documentação. As potencialidades teóricas, nesse contexto, são ulteriores a abordagens tradicionais, de orientação positivista, funcionalista e/ou mentalista. A trajetória do autor foi apreciada enfocando o surgimento, a institucionalização e as implicações políticas e epistemológicas da materialidade da informação.

Destacam-se, dentre outras contribuições, a força relacional de conceitos, dentre os quais informação, enunciado/discurso, materialidade, institucionalidade, documento, dispositivos, redes, agenciamento, práticas e agências documentárias, atores, associações, “quase-objetos”, políticas e regimes de materialidade e de informação.

Frohmann, em sua construção teórica, encontra subsídios para investigar as práticas documentárias e seus efeitos sociais, institucionais, materiais e públicos. A informação – como enunciado/discurso institucionalizado em dispositivos/redes – é orientada pela ordem de regimes. Neles se operam relações de poder/saber.

Enfim, a trajetória frohmanniana permite, em outras palavras, abordar as dimensões simbólicas dos objetos, estudar as redes que governam as políticas de informação, investigar os mecanismos de poder institucional. Ela permite, com efeito, fomentar o debate sobre as implicações sociais, epistemológicas, políticas e éticas relacionadas à materialidade da informação em determinados regimes.

## Agradecimento

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento.

## Notas

- (1) A concepção otletiana abrange os aspectos materiais, sociais e conceituais do documento, considerando-o como qualquer objeto representativo de uma informação/evidência ou passível de ser representado (Frohmann, 2000; Buckland, 1991). Briet corrobora a ampliação do conceito de documento ao afirmar que ele pode ser qualquer coisa ou objeto, como um antílope ou estrelas, se

representado indicial e simbolicamente, dentro de um contexto institucional (Briet, 2016; Buckland, 1991).

- (2) Os modos formais de institucionalidade estão ligados às instituições orientadas por normas e regras positivadas. Os modos informais ou menos formais de institucionalidade podem se valer do viés de confirmação dos sujeitos. Em ambos os modos pode ocorrer a (des)estabilização da materialidade da informação. O processo ocorre no bojo de regimes de informação, os quais determinam a força de (des)estabilização da massa, da inércia ou da resistência dos enunciados, sejam como informação semântica, como misinformation ou como desinformação (Vignoli, Rabello & Almeida, 2021).
- (3) Pessoas e movimentos negacionistas da ciência – como é o caso dos antivaxers ou do movimento antivacina – podem considerar enunciados dispersos em mídias, websites e documentos (atores não-humanos), compondo arranjos políticos específicos, com efeitos particulares, como, por exemplo, o incentivo a não vacinação durante a pandemia de Covid-19 (Vignoli, Rabello & Almeida, 2021).
- (4) No contexto dos agenciamentos não há declarações individuais, mas produtos dos agenciamentos, ou agentes coletivos de enunciação – as multiplicidades. Os agenciamentos são a primeira parte de uma superestrutura situada no aparelho do Estado, a segunda parte são os regimes de signos e as formas de expressão, que, a sua vez, são definidas pelas ideologias. Nesse contexto, as organizações de poder estão em toda a parte do rizoma, e não somente no aparelho do Estado (Deleuze & Guattari, 1987).
- (5) Como curiosidade, Frohmann possui, em abril de 2023, o total de 3009 citações em seu perfil do *Google Scholar*, 25 de índice h e 27 de índice i10 (Scholar, c2023). Segundo as métricas do *Google Scholar*, o índice h de 25 indica que 25 publicações do autor possuem, no mínimo, 25 citações em outros trabalhos. Já o índice i10 indica que 27 publicações do autor possuem, no mínimo, 10 citações.
- (6) Em continuidade, outro estudo, ora em desenvolvimento, objetiva analisar autores, de diferentes nacionalidades, partindo das dimensões conceituais propostas ou alinhadas ao pensamento de Frohmann (Amorim, 2021). Aquela pesquisa busca abordar investigações sobre os temas “materialidade” e “materialidade do livro”, com vistas a situar as ideias de Frohmann e dos neodocumentalistas em contextos particulares. Trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida por Ana Karolina Alves Amorim, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, com orientação de Rodrigo Rabello, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## Referências

- Amorim, A. K. A. (2021). O livro para além da informação: materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em anais de eventos e em periódicos brasileiros em Ciência da Informação. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Brasília: Universidade de Brasília.
- Amorim, A. K. A.; Rabello, R. (2022). Materialidade do livro: mapeamento e visualização temática na literatura em Ciência da Informação. // *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 20:00, e022021. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8670863> (06/06/2023).
- Araújo, R. F.; Cardoso, A. M. P. (2007). A Ciência da Informação como rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour. // *Anais do 8o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Salvador: ANCIB; UFBA (28-31 out. 2007).
- Branquinho, J.; Gomes, N.; Murcho, D. (2005). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Briet, S. (2016). *O que é a documentação?*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Buckland, M. K. (1991). Information as thing. // *Journal of the American Society for information science*. 42:5, 351-360. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3) (06/06/2023).
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1987). *A Thousand Plateaus: capitalism and schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3) (06/06/2023).
- Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. (2013). *Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics*. New York: Routledge.
- Durkheim, E. (1972). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Fanlo, L. G. (2011). Qué es un dispositivo? Foucault, Deleuze, Agamben. // *A parte Rei: Revista de Filosofia*. 74, 1-8.
- Ferrando, T. L.; Freitas, L. S. (2017). Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. // *Anais do 18o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Marília: ANCIB; Unesp (23-27 out. 2017).
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. New York: Vintage.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Frohmann, B. (1992). The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. // *Journal of Documentation*. 48:4, 365-386. <https://doi.org/10.1108/eb026904> (06/06/2023).
- Frohmann, B. (1994). Discourse analysis as a research method in library and information science. // *Library and Information Science Research*. 16, 119-138. [https://doi.org/10.1016/0740-8188\(94\)90004-3](https://doi.org/10.1016/0740-8188(94)90004-3) (06/06/2023).
- Frohmann, B. (1995). Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. // *23rd Annual Conference of the Canadian Association for Information Science*. Edmonton: CAIS; ACSI (7-10 jun. 1995).
- Frohmann, B. (2000). Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research. // *Journal of Education for Library and Information Science*. 42, 13-28. <https://doi.org/10.2307/40324034> (06/06/2023).
- Frohmann, B. (2004). Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. // *Library Trends*. 52:3, 387-407.
- Frohmann, B. (2006). O caráter social, material e público da informação. // Fujita, M.; Marteleto, R.; Lara, M. (orgs.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Frohmann, B. (2007). Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. // Sklare, R.; Lund, N. W.; Varheim, A. (eds.). *A Document (Re)Turn: contributions from a research field in transition*. Frankfurt: Peter Lang.
- Frohmann, B. (2008a). O caráter social, material e público da informação. // Fujita, M.; Marteleto, R.; Lara, M. (orgs.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Frohmann, B. (2008b). Documentary ethics, ontology, and politics. // *Archival Science: International Journal on*

- Recorded Information. 8:165. <https://doi.org/10.1007/s10502-008-9073-y> (06/06/2023).
- Gaspar, N. R.; Reis, L. L. (2010). Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação. // *DataGramaZero*. 11:6.
- González de Gómez, M. N. (2003). As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. // *Ciência da Informação*. 32:1. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v32i1.1020> (06/06/2023).
- Latour, B. (2012). Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: Edufba.
- Latour, B. (2017). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Editora Unesp.
- Latour, B. (2019). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo, Editora 34.
- Latour, B.; Hermant, È. (2004). *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*. // Parente, A. (ed.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina.
- Londonriverbank. Bernd Frohmann: academic profile [online]. c2023. [visto na data de: 01 abril 2023]. <https://londonriverbank.wordpress.com/>.
- Murguia, E. I. (2009) O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. // *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. número especial (1. sem. 2009) 87-104. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p87> (05/06/2023).
- Rabello, R. (2018). Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. // *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. 23:51, 138-156. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n51p138> (06/06/2023).
- Rabello, R. (2019). Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. // *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. 13:2, 5-25. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n2.02.p5> (06/06/2023).
- Rabello, R. (2022). Práticas documentárias em regimes de materialidade. // *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Porto Alegre: ANCI; UFRGS (07-11 nov. 2022).
- Ribeiro, M. T. R. (2001). Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. // *Revista de Antropologia*. 44:1.
- Scholar. Bernd Frohmann [online]. Google Acadêmico. c2023. <https://scholar.google.com/citations?user=X1CVv0YAAAAJ&hl=pt-BR>.
- Stengers, I. (2018). A proposição cosmopolítica. // *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. 69, 442-464. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464> (06/06/2023).
- Vignoli, R. G.; Rabello, R.; Almeida, C. C. (2021). Informação, misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. // *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 26, 1-31. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e75576> (06/06/2023).

---

Enviado: 2023-04-02. Segunda versão: 2023-05-31.  
Aceptado: 2023-06-05.

---

